## 1 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2 DE FRANCA – 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e quinze às oito horas e quinze minutos, no 3 prédio Champagnat, sala número 19, 1º andar, sito à Avenida Champagnat nº 1808, Centro, teve 4 inicio a trigésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a 5 presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de 6 7 Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros sendo cinco (5) do poder público e nove (09) da sociedade civil, com os seguintes 8 9 Conselheiros titulares: Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia Cristina Martins Silva, Márcio Henrique Silva Nalini, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, 10 Leonel Aylon Cantano, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina 11 Maria de Assunção Cintra e Andréia Maria Ribeiro Silva. Conselheiros suplentes: Victalina Maria 12 Pereira Di Gianni, Rosângela Aparecida de Paula e José Carlos Gomes. Conselheiros na 13 titularidade: Vilma Aparecida A. Faria Garcia. Participaram da reunião 02 convidados. Com a 14 15 seguinte pauta: Assuntos: Elaboração e validação de parecer PMAS WEB – Estado; e Balanço das Ações realizadas em 2015. Informes: Relato da participação da Delegada da X Conferência 16 Nacional de Assistência Social em Brasília nos dia 07, 08, 09 e 10 de dezembro; e Ata da 3ª 17 Audiência Pública do CMAS, para conhecimento. O presidente Márcio iniciou a reunião 18 19 apresentando as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Juliana, Érika, Geisla e 20 Águeda. Na sequência exibiu a pauta da reunião, aprovada com a sugestão da conselheira Tina para 21 que seja realizada uma reflexão sobre a atual situação da Política de Assistência Social no municipio. 22 A conselheira Fernanda fez a leitura da ata da 34ª Reunião Ordinária e da 35ª Reunião Extraordinária, 23 ambas aprovadas com pequenas alterações. Como primeiro assunto da pauta, os conselheiros 24 discutiram o parecer do PMAS WEB – Estado. O item 1 – "Identificação do Conselho Municipal de 25 Assistência Social" foi preenchido previamente pela Secretaria Executiva Maria Amélia e os conselheiros validaram o preenchimento. Em seguido foi passado ao item 2 - "Comentários e 26 27 Observações do CMAS sobre o PMAS". Neste item todas as perguntas foram apresentadas e 28 discutidas pelo colegiado que deliberou pela resposta "sim" na 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> questões e apenas a 5<sup>a</sup> teve resposta "não". Os comentários foram elaborados pelo colegiado. Na 3ª questão: "O CMAS 29 acompanhou a prestação de contas?", o comentário foi: "Trimestralmente o Órgão Gestor da 30 31 Assistência Social apresentou ao colegiado as prestações de contas dos recursos dos três entes federados: União, Estado e Município. Tendo por objetivo a realização de um acompanhamento 32 mais efetivo, a Comissão de Orçamento do CMAS analisou os Balancetes do Fundo Municipal de 33 Assistência Social de cada trimestre, anteriormente às apresentações das prestações de conta ao 34 colegiado". Na 4ª questão: "O CMAS efetuou acompanhamento da rede executora?", os conselheiros 35 definiram pela resposta sim, porém avaliaram que o acompanhamento ocorreu de forma parcial. A 5<sup>a</sup> 36

questão, que obteve resposta negativa, foi a seguinte: "Houve participação do CMAS no 37 38 planejamento das ações para o PMAS2016?" com a seguinte justificativa: "A participação do CMAS 39 se limitou à aprovação do PMAS 2016 apresentado. Para o próximo ano o colegiado irá constituir 40 uma comissão para acompanhamento e participação no planejamento das ações para o PMAS 41 2017". Posteriormente às perguntas, foi elaborado em conjunto o parecer final, que ficou assim redigido: "Considerando o PMAS 2016, apresentado pelo Órgão Gestor da Assistência Social na 42 reunião ordinária do dia 10 de dezembro de 2015, o Conselho Municipal de Assistência Social de 43 44 Franca é favorável à aprovação do PMAS WEB 2016 com as informações registradas sobre a 45 estrutura organizacional, o diagnóstico social, bem como os recursos previstos para 46 cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios executados pela rede executora 47 socioassistencial. Para o próximo ano o colegiado se propõe a realizar o acompanhamento e 48 participação no planejamento das ações para elaboração do PMAS 2017, por meio da instituição de uma comissão de acompanhamento". Finalizadas as discussões, o colegiado aprovou o Parecer do 49 CMAS sobre o PMAS 2016. Passou-se, em seguida, para o próximo assunto da pauta sobre o 50 Balanço das Ações realizadas pelo Conselho em 2015. A Secretária Executiva Maria Amélia 51 52 explicou que fez um resumo das principais ações e eventos do CMAS realizados durante o ano. 53 Salientou que o Relatório de Atividades Anual está sendo elaborado pela mesma e deverá ser 54 aprovado no inicio do próximo ano. Os slides apresentados ficarão disponíveis na Secretaria Executiva do Conselho. Durante a exposição, os conselheiros puderam resgatar todas as atividades e 55 temas trabalhados, os assuntos discutidos e os eventos realizados no decorrer do ano. Ao fim da 56 57 apresentação, o colegiado avaliou e discutiu as Principais Metas e Prioridades para o ano de 2016, ficando assim definidas: Formular proposta ao Órgão Gestor, visando a formação continuada dos 58 Monitorar e acompanhar as deliberações da Conferência; Efetivar o 59 60 acompanhamento, fiscalização e Controle Social de toda a rede socioassistencial estatal e não 61 estatal; Articular junto ao Executivo e Legislativo Municipal para aprovação da alteração da Lei de 62 Criação do CMAS; Estimular, garantir e propiciar a efetiva participação do usuário nas reuniões e no CMAS; Regularizar o CMAS como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Familia; 63 Dialogar com entidades que pretendem executar serviços socioassistenciais, mesmo sem 64 cofinanciamento, na perspectiva de manter a inscrição destas no CMAS; Constituir Comissão para 65 acompanhamento de elaboração dos Planos Municipais. Durante as discussões um dos pontos 66 67 debatidos foi a participação do usuário no Conselho. A conselheira Tina aproveitou o momento para fazer algumas reflexões sobre os desafios necessários para garantir uma efetiva participação dos 68 69 usuários enquanto conselheiros e também enquanto cidadãos. Destacou a necessidade de incentivar 70 os usuários a participarem das reuniões, porém para que essa participação seja realmente efetiva o 71 mesmo deve ser estimulado a manifestar as suas necessidades e dizer o que ele quer e o que ele

precisa, ou seja, o usuário deve ter "voz" de fato, sem que haja um convencimento sobre o que é 72 73 "melhor" para ele. Disse também que a participação do usuário nas reuniões, possibilita uma visão 74 mais realista ao colegiado frente às deliberações de assuntos diversos, pois traz à tona a realidade 75 vivida pelos próprios usuários dos serviços, programas e benefícios da assistência social. Por fim, enfatizou que, na organização dos serviços da Política de Assistência Social, é primordial que o 76 77 usuário seja ouvido e respeitado. Outro ponto debatido foi a necessidade do conselho estabelecer um 78 diálogo com as entidades que pretendem manter o serviço mesmo sem o cofinanciamento, considerando que cabe ao conselho discutir as alternativas para retomada dos serviços 79 80 socioassistenciais interrompidos ou encerrados, conforme artigo 7°, § 2° da Resolução CNAS n° 81 14/2014. Tina sugeriu que o conselho realize esse trabalho de dialogo com as entidades logo no 82 primeiro semestre, no sentido de verificar a manutenção ou não da inscrição daquelas entidades que 83 não serão cofinanciadas pelo Poder Público. Foram feitas algumas discussões sobre a Lei 13.019/2014, salientando-se a importância dos conselheiros fazerem a leitura desta após a sanção 84 presidencial. Quanto ao acompanhamento das entidades que apresentaram alguma adequação a ser 85 feita, salientou-se a importância do apoio do Órgão Gestor no acompanhamento sistemático pela 86 87 equipe de monitoramento conjuntamente com a comissão de acompanhamento devendo ser estipulado um prazo para a realização das adequações e retorno à entidade. Ao final da apresentação 88 89 a conselheira Rosangela fez a leitura de uma mensagem de final de ano ao colegiado. Passando aos informes, Marcio informou que a conselheira Jane que iria apresentar os relatos sobre sua 90 participação na X Conferência Nacional de Assistência Social, teve que retirar-se da reunião mais 91 92 cedo, portanto esse informe ficará para as próximas reuniões. A ata da 3ª Audiência Pública realizada 93 foi anexada para conhecimento do colegiado e será publicizada. A conselheira Victalina questionou uma informação recebida de que o CCI Lions estava encerrando suas atividades. O presidente Márcio 94 95 falou que não tinha conhecimento dessa informação, afirmando que a entidade havia apresentado projetos para execução de CCI ao Fundo Social e à Secretaria de Ação Social para execução do 96 97 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Informou que, é de seu conhecimento que o 98 Lions continuará executando os serviços. O conselheiro Leonel solicitou a palavra para convidar 99 todos os presentes para um almoço beneficente para famílias carentes, que será realizado no 100 Castelinho, na véspera de Natal, a partir das onze horas da manhã. Nada mais havendo a tratar, a 101 reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos, e eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária 102 executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será assinada por mim e 103 anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.